

movimento

# Estudantes: a guerra das Letras e Artes

**D**ESCREVEM-SE a si próprios como fazendo parte de uma geração marcada pela agitação estudantil pós-25 de Abril. Durante anos, estes jovens dos 20 aos 25 anos pouco quiseram saber de RGA's, reivindicações, tomadas de posição. A sua contestação foi de sinal inverso, ferozmente individualista e adversa a qualquer tipo de participação. Hoje fazem em «acordar» e em «voltar a encarar os problemas mas de uma forma participada».

Estão um pouco por todos os estabelecimentos de ensino superior onde se lhes deparam um mar de adversidades: «numerus clausus», instalações precárias ou superlotadas, má qualidade do ensino e poucas ou nenhuma perspectivas quanto ao futuro. Rejeitam qualquer conotação política e afirmam lutar única e exclusivamente pela resolução dos problemas específicos da sua própria escola. «Isto é uma guerra independente, sem conotações políticas e onde se reivindica direitos fundamentais dos estudantes», explica Agostinho Leite, 21 anos, aluno do 1.º ano de Letras e Literaturas Modernas da Faculdade de Letras de Lisboa, um dos pólos do actual movimento estudantil.

## Letras: 9000 desempregados

Na Faculdade de Letras de Lisboa apenas cerca de 10% dos docentes dispõem de um gabinete próprio onde possam atender os estudantes, a biblioteca preparada para receber 1200 alunos de outros tempos tem de servir 7000 alunos e as instalações, dizem-nos, estão «no seu limite de ocupação». Calcula-se que existam actualmente cerca de 9000 licenciados em Letras no desemprego e que de ano para ano mais estudantes engrossam este número.

Que reivindicam os estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa? Tudo partiu da necessidade reconhecida tanto pelos docentes como pelos alunos de equiparar as universidades de Letras aos CIFOP (Centros Integrados de Formação Pedagógica) que funcionam nas universidades do Minho, Aveiro e Évora, que já dispõem de formação pedagógica e como tal dotam os seus alunos de maiores habilitações para o acesso à docência.

Cada faculdade de Letras preparou então um projecto de reestruturação dos cursos que prevê que as licenciaturas tenham um ramo cientí-

Os ventos de agitação podem ter vindo de outros cantos da Europa, de Espanha ou da pioneira França.

Mas os problemas que servem de bandeira aos estudantes portugueses são nacionais e crónicos, fruto de um sistema de ensino em crise permanente. Hoje, a guerra trava-se em Letras e Belas-Artes. E amanhã, onde chegará?

## Nuno Ferreira

fico e ramos profissionais, entre os quais um ramo educacional destinado à formação profissional de docentes. Esse ramo educacional prevê 2 anos de formação psico-pedagógica, incluindo o 1.º ano cadeiras como Introdução às Ciências da Educação, Psicologia Educacional, Métodos e Técnicas em Educação e Di-

dáctica Especial, enquanto o 2.º ano será preenchido com a realização de um estágio acompanhado de um seminário onde os estudantes reflectirão sobre as diversas componentes da sua formação profissional.

**Escolas para formar (apenas) professores?**

Os estudantes dizem nada

Conflicto estudantil  
Ens. Antigo



ESBAL: uma torrente de problemas clássicos na onda da contestação geral

ter a «opor a este projecto de reestruturação, se bem que algumas dúvidas se possam levantar sobre a garantia de qualidade do ensino ministrado, o próprio futuro das faculdades de Letras enquanto escolas que não se limitem a formar professores e a viabilidade económica de um projecto que pressupõe mais instalações e docentes especializados na área da

Psicologia da Educação. Em 15 de Dezembro do ano transacto o ministro João de Deus Pinheiro convidou os responsáveis universitários a elaborarem uma proposta de modelo transitório de reestruturação que pudessem funcionar nos próximos 4, 5 anos e para o qual forneceu parâmetros. A sua iniciativa foi aceite pelos Conselhos Científicos das

faculdades que elaboraram uma proposta. É essa proposta e especificamente alguns pontos nela incluídos que os estudantes contestam. Com efeito, no ponto 2.3 prevê-se que o acesso ao 1.º ano de formação psico-pedagógica esteja sujeito a «numerus clausus» em função das necessidades de pessoal docente, da capacidade humana e material de cada faculdade e de os lugares de estágio disponíveis.

Foi esse, essencialmente o ponto que esteve em foco na greve convocada para 4 e 5 de Fevereiro. Na terça-feira, dia 3, e enquanto se realizava na Faculdade de Letras uma concorrida RGA que decidiria paralisar as aulas nos dois dias seguintes, representantes dos estudantes reuniam-se com João de Deus Pinheiro, mas a forma como o ministro responderia às reivindicações dos estudantes — que incluem, entre outras, a exigência de criação de novas saídas profissionais, de um

levantamento estatístico dos mercados de trabalho e da revisão do licenciamento das universidades privadas — foi muito contestada.

## Autonomia e «figuras de estilo»

João de Deus Pinheiro invocaria a autonomia uni-

versitária para delegar nos Conselhos Científicos das faculdades a resolução de um problema por si criado quando da reunião de 15 de Dezembro. Na sua opinião, cabe às universidades encontrar as formas de solução que dizem respeito aos cursos que pretendam leccionar. Daí que tenha remetido «por respeito à autonomia universitária» para as faculdades o encontro de soluções. Na opinião de um professor da Faculdade de Letras, neste caso, «a autonomia universitária consistiu em as universidades terem utilizado o seu arbítrio para aceitar a proposta do ministro, sabendo-se sempre

Table with 31 rows and 1 column, representing a calendar or index. Row 10 is marked with an 'X'.

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

que a acção por parte das universidades não significa nada se as condições não forem dadas por parte do Ministério da Educação. Digamos que estamos perante figuras de estilo».

Um pormenor fundamental para perceber a futura evolução do processo é a promessa feita por João de Deus Pinheiro na reunião com os representantes dos estudantes, no dia 3, de que procuraria mobilizar os meios financeiros necessários para qualquer tipo de reestruturação proposta pelas faculdades, para que esta não viesse a ser posta em causa por estrangulamentos de ordem financeira». Garantiu verbas pelo ministro da Educação para as propostas que sejam, na sua opinião «exequíveis e coerentes» e remetidas as soluções do problema para os Conselhos Científicos, Conselhos Pedagógicos, Conselhos Directivos e Reitorias das Universidades, restaria a estes definir a sua posição. Foi o que fizeram. Reunidos com a Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras no passado fim de semana no Porto, os presidentes dos Conselhos Científicos decidiram não se opor «a que não seja imposta qualquer contingência (numerus clausus) no acesso à formação profissional».

Quais são as implicações desta conclusão? Significa, em primeiro lugar, que por parte dos Conselhos Científicos todos os alunos que o desejarem — ao todo 900 futuros licenciados este ano — poderão frequentar o curso de 2 anos de formação psico-pedagógica sem que lhes seja imposto qualquer «numerus clausus». Em segundo lugar, significa que João de Deus Pinheiro, que remetera para os Conselhos Científicos a resolução do problema, terá agora que provar se dispõe ou não das verbas que prometeu e se no fundo respeita ou não a autonomia universitária.

A Comissão Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras pediu já uma audiência ao ministro para terça-feira, dia 17, exigindo confirmação até ao dia 13. Em fase de resposta negativa, poderão enveredar por novas formas de luta, marcando

inclusive uma manifestação nacional dos estudantes de Letras para o dia 21 em frente ao Ministério da Educação.

Novas profissões a inventar

A abertura ao diálogo e flexibilidade por parte de João de Deus Pinheiro e a forma cautelosa, pouco agressiva com que os estudantes de Letras têm conduzido a sua luta, recusando precipitações e conotações políticas revela de parte a parte o recio, fundado ou não, de que se repita em Portugal o recente fenómeno de agitação estudantil em França e Espanha. Para João de Deus Pinheiro a perspectiva de confrontação com os estudantes não seria nada agradável, enquanto

que para os próprios estudantes poderia significar a inviabilização do encontro de soluções para os seus problemas.

«Os problemas dos estudantes de Letras — afirma, Luis Silva, 26 anos, finalista do curso de História — vem de há mais de um ano. Tivemos três encontros nacio-

nais muito antes desta questão dos estudantes franceses e espanhóis. Não rejeitamos a solidariedade com eles mas não queremos que se agite o fantasma da insurreição estudantil esquecendo os problemas concretos que estão na base desta movimentação. Através dos meios de comunicação social, viemos a conhecer a agitação em França e Espanha quando ela já tinha atingido proporções muito grandes. Nós aqui estamos apenas no início de um processo reivindicativo que tem a ver com a situação do ensino em Portugal».

O segundo ponto fundamental das reivindicações dos estudantes de Letras é o da criação de novas saídas profissionais que venha a possibilitar novas ofertas de emprego em áreas como História ou Língua em que o acesso à docência está já muito saturado. Os dias 4 e 5 foram ocupados com reuniões gerais do curso nas quais foram elaboradas propostas de novas saídas profissionais. Estas facultariam outros objectivos, outras justificações para as faculdades de Letras.

Novas saídas profissionais

«As nossas novas licenciaturas — explica Ivo Castro, professor do Departamento de Linguística — são concebidas de modo a permitirem a entrada numa quantidade de profissões a inventar, que até agora existem num esta-

do amadorístico e que conviria que entrassem no catálogo das profissões. Isso receberia uma grande parte da população escolar que não cabe já no ensino secundário e por outro lado dava uma dimensão e uma utilidade diferente ao ensino da Faculdade de Letras».

Novas saídas profissionais minimamente concretizáveis,

seriam, por exemplo, a profissão de tradutor-interpretador para os estudantes de línguas, a de técnico de arquivo para os estudantes de História e a da chamada «editoração» que consiste em diversos procedimentos que conduzem à preparação de uma obra para entrar em tipografia.

Este tipo de trabalho, que implica pessoas com conhecimentos de línguas e de estilo, é actualmente feito por revisores, muitos amadores, nem sempre actualizados.

Outra questão muito discutida pelos estudantes é a das universidades privadas. Pedem a revisão do seu licenciamento argumentando que estas investiram pri-

mordialmente em áreas já muito saturadas nos cursos das faculdades de Letras.

João Ferreira Duarte, membro do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, comenta a este propósito: «Concorrem com os cursos mais superlotados das universidades públicas — História, Direito, Sociologia — quando de facto o que seria necessário neste momento era a que, a haver universidades privadas estas dessem servir para diversificar a oferta de ensino. Porque é que nenhuma universidade privada investiu nas ciências exactas, nos cursos de Química, Física, Biologia?»

Falta de instalações e professores

João de Deus Pinheiro defende que de acordo com a Constituição e a Lei de Bases do Sistema de Ensino não é legítimo ao Estado impedir o aparecimento de instituições privadas de ensino superior. Em entrevista concedida no passado domingo à Rádio Renascença no programa «Cartas na Mesa», afirmaria: «Não me parece muito legítimo, a menos que o digam a Constituição e a Lei de Bases, que a procura social da Educação e uma melhoria do nível cultural e científico deva ser limitado à partida por qualquer planeamento da economia e das necessidades do mercado de trabalho».

Entretanto, a reestruturação do curso de Letras coloca dúvidas fundadas quanto à capacidade das faculdades para suportarem durante mais dois anos todos os alunos que queiram frequentar o curso de formação psico-pedagógica. Neste momento, segundo João Ferreira Duarte, há sobrelocação de alunos em todas as cadeiras da Faculdade de Letras de Lisboa. No início do ano lectivo, houve cadeiras que não se iniciaram, faltavam docentes e foi necessário o

Ministério da Educação doar à faculdade, à margem do orçamento, cerca de 21 000 contos. «Imagine-se que 700 dos 900 licenciados seguiam a via de formação psico-pedagógica. Onde é que nós iríamos dar aulas a toda esta gente? — pergunta João Ferreira Duarte. Actualmente não é possível. Instalações só arranjando-as noutra lugar.»

Independentemente desse problema muitos professores questionam-se: que tipo de ensino será ministrado em nome da Faculdade de Letras e por que professores nesses 2 anos de formação psico-pedagógica? «Ou se arranja um grande contingente de professores para o ensino ser feito em turmas pequenas e em condições, ou então, se vamos para um ensino dado em anfitrião para 300 alunos, temos muitas reservas quanto a essa fórmula», comenta Ivo Castro.

Por último, existe ou não o perigo de «pedagogizar» excessivamente o ensino da Faculdade de Letras? Serão fundados os receios do Departamento de Filosofia, o mais crítico em relação ao ramo educacional? «Esse perigo tem existido — afirma Ivo Castro. Muitas vezes o nosso ensino acaba por ser condicionado pela perspectiva de que os nossos alunos vão ser professores do Ensino Secundário, em prejuízo da componente científica».

A degradação das Belas Artes

Entretanto, na ESBAL (Escola Superior de Belas Artes de Lisboa), embora se trate de problemas que à partida pouco terão a ver com os da Faculdade de Letras, é fácil diagnosticar males semelhantes aos das universidades clássicas: também aqui faltam professores — ao todo serão 13 as cadeiras onde faltam docentes — e as condições de trabalho são deficientíssimas. Os estudan-

tes, em greve nos dias 10, 11 e 12, exigem a reabertura da cantina da escola fechada há três anos, a substituição do quadro eléctrico que, muito sobrecarregado, provoca o encerramento das aulas a partir das 16 horas, e a colocação de novos professores, uma vez que cadeiras nucleares como Desenho não estão sequer a funcionar. Queixam-se também das péssimas condições de trabalho e da falta de material. «A prensa de gravura — conta Tomás Maia, 19 anos, aluno do 2.º ano de Artes Plásticas — é de 1887. Desde 1930 que se pede uma prensa nova. Em Tecnologia de Pedra chove dentro da sala. A professora aconselhou-nos a usar galochas para evitar sermos electrocutados».

Os alunos queixam-se ainda do desfasamento de disciplinas em relação ao plano de estudo da escola — como é o caso, afirmam, de Geometria Descritiva — e da sobreposição de matéria em cadeiras de anos consecutivos. Pedem mais verbas para material escolar e lamentam não ter sido ouvidos na questão fulcral da possível integração da ESBAL na Universidade.

«Ninguém nos perguntou — afirmam dirigentes estudantis da ESBAL, em que Universidade-Técnica, Clássica ou Nova — nos interessa ser integrados. Foi formada uma comissão de professores para discutir a integração na Universidade Clássica mas nós não participámos nessa comissão nem fomos informados de nada».

A paralisação na ESBAL assumiu formas mais originais e divertidas do que nas faculdades de Letras. Acenderam-se velas na Escola, envolveram-se as esculturas com panos pretos e a direcção da Associação de Estudantes apelaria no comunicado ao boicote festivo e ruidoso das aulas: «... podes trazer o teu transistor, tampas e colheres-de-pau, cho-calhos, galtas...»

Table with 30 rows and 1 column, numbered 1 to 30.

Conflicto. Estudantes - Ens. Antbístico  
ese. sup. Belas Artes